

Mais de 600 meninas morrem vítimas de violência de gênero na América Latina

Casos sobre feminicídio infantil nos últimos seis anos provocaram comoção e manifestações em sete países

(O Globo, 01/02/2019 - acesse no site de origem)

RIO — Nos últimos seis anos, 614 meninas e adolescentes de sete países da América Latina foram mortas por serem do gênero feminino. Sete jornais latino-americanos, membros do Grupo de Diários América (GDA), uniram forças para buscar dados e registros de feminicídio infantil, um fenômeno crescente que ainda não possui estatísticas parametrizadas ou atualizadas.

Os crimes foram registrados em El Salvador (157), na Argentina (140), no Brasil (66), no Peru (79), em Costa Rica (19), no México (89) e na Colômbia (64). O que se pode dizer é que a maioria das meninas mortas foram encontradas dentro de suas próprias casas. No entanto, quase todos os locais frequentados por crianças foram registrados como cena do crime: escola, parque, hospital, rua, loja e transporte público foram alguns deles.

Os assassinos — ou suspeitos, pois a maioria dos casos ainda não obteve sentença — não possuem perfil único. Frequentemente eram os próprios pais, mas há padrastos, tios, namorados, ex-namorados, irmãos, primos, outros parentes, vizinhos, amigos, conhecidos, estranhos. Qualquer um.

Os dados também confirmam que a impunidade vai além da misoginia mortal contra menores. Ela envolve toda a violência de gênero estrutural na América Latina.

Algumas dessas violências — para além do feminicídio infantil, também foram levantadas estatísticas de abuso sexual e estupro — possuíam agravantes. Ou por terem sido cometidas com o objetivo de gerar medo na comunidade, por terem contaminado a menina com uma doença sexualmente transmissível, por gerar gravidez, porque o violador cometeu o mesmo crime com mais vítimas, ou porque o agressor tinha uma posição de poder frente à vítima.

** O GDA é formado por 11 dos principais jornais da América Latina, entre eles O GLOBO*

Carla, 4 anos

Bogotá, Colômbia

Carla, de quatro anos, gostava de fazer balé, pintar depois do colégio e montar quebra-cabeças. Mas isso mudou inesperadamente. “Ela deixou a dança, já não gostava de pintar, se afastou de tudo. Também chorava todo o tempo e tinha insônia.” Assim descreve sua mãe, Melissa, que se lembra daquele 23 de novembro de 2018 como “o dia em que tudo começou”. Foi quando ela soube de indícios de que a menina estava sendo abusada por um professor. (Julián David Ramírez Castro/“El Tiempo”/Colômbia)

Kelly, 10 anos

Supe, Peru

Kelly cursava o quarto ano do ensino fundamental. Depois das aulas, preparava doces e os comercializava na vizinhança. Em 10 de novembro de 2018, saiu para vender gelatinas e nunca

mais voltou. Dois dias depois, seu corpo foi encontrado em um descampado. A necropsia confirmou sinais de violação sexual, espancamento e estrangulamento. O violador era Julio Giraldo, 21 anos, que confessou o crime e contou ter um cúmplice de 17 anos, que também está cumprindo pena. (Cristina Fernández/"El Comercio"/Peru)

Fátima, 12 anos

Estado do México, México

Fátima voltava da escola, eram 14h. Foi sequestrada por três vizinhos, a 12 metros da porta de casa. A autópsia de seu corpo era a prova do ódio e da misoginia sofridos ao longo de 60 minutos. Eles fizeram cortes de 10 centímetros no rosto, no pescoço e na virilha. No peito, a ferida tinha 30 centímetros. A menina foi estuprada e esfaqueada 90 vezes. "A trataram como lixo", chora a mãe, Lorena. Quase quatro anos depois, dois dos três acusados cumprem pena, e um deles será solto no ano que vem. (Daniela Guazo e Montserrat Peralta/"El Universal"/México)

Brittany Hadaí, 6 anos

Ahuachapán, El Salvador

Brittany Hadaí Palacios foi uma das mais jovens vítimas de feminicídio em seu país, em 2018. Na tarde de 20 de novembro, a menina voltava com seu padrasto do mercado. Estavam andando na calçada, na porta de casa, quando dois homens em uma motocicleta atiraram neles. A garota foi baleada na cabeça e morreu instantaneamente. O padrasto de Brittany sobreviveu ao ataque, mas nem ele nem a mãe da menina voltaram para aquela casa. Eles saíram de El Salvador por medo. (Jessica Ávalos/"La Prensa Gráfica"/El Salvador)

Fiorella Venegas, 16 anos

Costa Rica

Um homem de sobrenome Madrigal ligou para a família de Fiorella, se apresentou como namorado da jovem e disse que ela havia se matado. A jovem foi encontrada caída no chão da calçada em frente à casa de Madrigal. No entanto, a autópsia preliminar determinou que a cena não foi um suicídio. Pelo contrário, tudo indicava que Madrigal — que hoje cumpre pena — atirou na garota dentro da casa, depois a levou para a calçada e disse que ela havia tentado cometer suicídio. (Patricia Recio e Gustavo Arias/"La Nación"/Costa Rica)

Chiara Páez, 14 anos

Rufino, Argentina

Chiara jogava hóquei e fazia serviço social com pessoas com deficiência em sua pequena cidade, de 18 mil habitantes, na província de Santa Fé. Estava grávida de seu namorado, Manuel Mansilla, 16 anos, quando ele a matou e a enterrou ao lado de sua casa, em março de 2015. Demorou dois dias até seu corpo ser descoberto. O crime provocou comoção nacional, desencadeando a primeira marcha "Nenhuma a menos". Mansilla foi condenado a 21 anos de prisão. (Struminger de Brenda/"La Nación"/Argentina)

[53% das jovens brasileiras convivem com](#)

medo diário de assédio

Pesquisa da ActionAid revela que o temor cotidiano sentido por meninas é maior no Brasil do que na Índia, Quênia ou Reino Unido

(R7, 30/01/2019 - acesse no site de origem)

Estudo realizado pela organização internacional de combate à pobreza ActionAid e divulgado nesta quarta-feira (30) revela que mais da metade, ou 53% das brasileiras entre 14 e 21 anos, convivem diariamente com o medo de ser assediadas.

Este resultado leva o Brasil à liderança entre os países onde as meninas mais se sentem ameaçadas cotidianamente, na comparação com outros três pesquisados: Quênia (24%), Índia (16%) e Reino Unido (14%).

O medo diário do assédio afeta 41% das adolescentes entre 14 e 16 anos, aumentando para 56% na faixa etária entre 17 e 19 anos, e chegando a 61% entre as brasileiras entre 20 e 21 anos, o que sugere que a consciência sobre os riscos aos quais as mulheres ficam expostas aumenta com o passar do tempo.

A pesquisa no Brasil foi realizada em dezembro de 2018 e ouviu 500 jovens - 250 mulheres e 250 homens. A amostra incluiu participantes de todos os níveis de escolaridade e de todas as regiões do país.

Entre o grupo de mulheres brasileiras, 78% haviam sido assediadas nos últimos seis meses. Quando perguntadas quais tipos de agressões sofreram, elas relataram assédio verbal (41%), assovios (39%), comentários negativos sobre sua aparência em público (22%), comentários negativos sobre sua aparência nas redes sociais (15%).

Também com 15% estão os pedidos de envio de mensagens de texto com teor sexual, além de piadas com teor sexual que as envolviam feitas em público (12%), piadas com teor sexual que as envolviam feitas nas redes sociais (8%), beijos forçados (8%), apalpadinhas (5%), fotos tiradas por baixo da saia (4%) e fotos íntimas vazadas nas redes sociais (2%). Pelo menos, elas não ficam mais caladas: 77% das meninas entre 14 e 16 anos disseram que relataram os episódios a alguém de confiança.

Para Ana Paula Ferreira, coordenadora de Direito das Mulheres da ActionAid no Brasil, o dado de que mais da metade das jovens brasileiras sai de casa todos os dias temendo sofrer algum tipo de violência é alarmante. “Indica o nível de normalização de atitudes que agridem e provocam danos sobre suas vidas. Sentir medo não é normal”, ressalta.

“O que algumas pessoas podem achar engraçado, ou mesmo um elogio, faz com que muitas meninas alterem suas rotinas, se desmotivem nas escolas, criem estratégias para transitar pelas ruas, ou mesmo gastem mais dinheiro para evitar se expor nos espaços públicos. São jovens e adolescentes iniciando a vida adulta, e isso impacta seu desenvolvimento pessoal, econômico e social”.

Misoginia arraigada

Ações que traduzem desprezo ou desrespeito pelas mulheres, no entanto, não são

exclusividade do Brasil. Em todos os países pesquisados, 3/4 dos jovens (homens e mulheres) disseram ter sido expostos a atitudes negativas ou ofensivas em relação a meninas jovens nos últimos seis meses, e 65% das mulheres participantes enfrentaram alguma forma de assédio sexual neste período.

Entre os brasileiros que afirmaram ter testemunhado algum tipo de atitude depreciativa contra meninas nos últimos seis meses (88%), os principais praticantes foram pessoas da família (39%) e amigos (34%) dos jovens entrevistados, o que mostra que a misoginia está arraigada nas relações sociais.

“É importante que esta pesquisa tenha ouvido também meninos, pois a discussão sobre a violência contra a mulher envolve a todos. Homens que assediam o fazem por diversas razões, incluindo o fato de que foram ensinados, em alguma medida, que isso é normal”, pontua Ana Paula.

Mas essa prática já não é mais tolerada: no Brasil, 88% dos jovens (meninos e meninas) consideraram comentários negativos sobre a aparência de meninas inaceitáveis, e 85% se mostraram totalmente intolerantes a piadas sexuais envolvendo garotas

Os brasileiros também lideram a lista de jovens que acreditam que as meninas são mais suscetíveis a assédio do que os meninos, com 83% das respostas. Para 80% dos entrevistados brasileiros, a educação é a melhor forma de combater o assédio contra mulheres e meninas, 59% disseram que ensinar os meninos nas escolas sobre como tratar as meninas é o caminho; 54% apontaram a educação de meninas, também nas salas de aula, sobre como denunciar assédios como medida importante; e 41% acreditam na necessidade de conscientizar professores a levarem as denúncias a sério, mesma porcentagem dos que afirmaram também ser importante educar os pais.

“A proteção de meninas e mulheres é responsabilidade de toda a sociedade, e todas as instituições devem se mobilizar para isso, desde a família, passando pelos espaços religiosos, culturais, educacionais e laborais. Só assim todas nós poderemos conhecer, um dia, a liberdade de não sentir medo”, avalia Ana Paula.

É isso: viver com medo não é nem pode ser normal.

Debora Bresser

Brasil avança em combate a abuso infantil, mas ainda tem falhas

País ocupa 11ª posição em relatório; ponto negativo é prevenção à violência sexual

[\(Folha de S.Paulo, 20/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

SÃO PAULO - O governo brasileiro avançou em leis federais contra o [abuso](#) e a [exploração sexual de crianças](#), mas ainda falha em prover dados sobre a prevalência desse tipo de violência e programas que previnam novos abusos.

A análise é de um [relatório](#) do setor de pesquisas da revista britânica The Economist publicado nesta semana, que avaliou dados quantitativos e qualitativos de 40 países, que reúnem 70% da população global de crianças.

O Brasil ocupa a 11ª melhor colocação, com 62,4 pontos, em escala que chega a cem, em estratégias de combate a esses crimes. Está acima da média do grupo, de 55,4 pontos. A Argentina, por exemplo, marcou 45,4 pontos. A pontuação é composta por 34 indicadores e 132 subindicadores.



Exploração sexual infantil no Pará, por Marlene Bergamo / Folhapress. [Acesse galeria na íntegra.](#)

Embora os dez países mais bem colocados (pontuação acima de 75) figurem entre os mais ricos do mundo, como Reino Unido (82,7), Suécia (81,5) e Canadá (75,3), melhores índices socioeconômicos não implicam diretamente em maior proteção às crianças, segundo o relatório.

Mas, quanto maior a pontuação do país no chamado [índice de democracia](#) (medido pela Economist), maior a probabilidade de que as crianças estejam protegidas.

“O estigma e a falta de [discussão aberta sobre sexo](#), direitos das crianças e gênero geram repercussões negativas na habilidade de um país proteger suas crianças”, dizem os autores do relatório.

Segundo registros do SUS, 49,5 mil meninas de 10 a 19 anos [sofreram estupro](#) de 2011 a 2016, média de 23 por dia. Em 58% dos casos, o crime ocorreu na residência. Em 36%, familiares ou parceiros íntimos foram os prováveis autores.

A discussão vem no momento em que a [educação sexual nas escolas está sob ataques do governo de Jair Bolsonaro \(PSL\)](#). “Quem ensina sexo para as crianças é o papai e a mamãe”, disse o presidente em novembro. No mês seguinte, o escritor Olavo Carvalho, apontado como ideólogo de Bolsonaro, foi além: [“Quanto mais educação sexual, mais putaria nas escolas”](#).



Escola católica de SP trabalha com temas de sexualidade, por Karime Xavier/Folhapress ([Acesse galeria na íntegra](#))

A [Câmara dos Deputados, por sua vez, discute proposta](#) que restringe a inclusão do tema nas escolas, o chamado [Escola sem Partido](#).

Ela prevê que os valores familiares devem ter “precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Determina ainda que não serão adotadas políticas que usem os termos “gênero” e “orientação sexual”.

O relatório considera diversas formas de violência sexual, como estupros, [exploração sexual](#), exposição a imagens e linguagem sexual, casamento infantil, entre outros.

“Estamos no princípio de mudanças de atitudes entre adultos [no que diz respeito a abusos sexuais, como o [movimento #MeToo](#)], mas não particularmente sobre as crianças”, diz Carol Bellamy, da ECPAT International (rede global para combate à exploração sexual de crianças), no relatório.

O documento avalia quatro quesitos principais: o ambiente (como a segurança e a estabilidade em um país); as legislações de proteção às crianças; o compromisso e capacidade dos governos de executar as políticas no setor e o engajamento do setor privado, da sociedade civil e da mídia.

O Brasil aparece com pontuação acima da média em todos os quesitos, com exceção do compromisso e capacidade dos governos: globalmente, o índice foi de 50,4, mas o Brasil aparece com 48,1 pontos.

Entre as iniciativas positivas adotadas pelo país, a Childhood Brasil cita uma lei, de 2017, que garante direitos a menores de idade vítimas ou testemunhas de violência, incluindo a sexual. Um deles é o acesso à escuta protegida, ou seja, as denúncias devem ser apresentadas em um ambiente seguro, acolhedor e sob controle de profissionais qualificados.

Entre limitações brasileiras, o relatório cita falhas na coleta de dados sobre violência sexual contra crianças e a insuficiência de programas de prevenção aos abusadores.

O documento apresenta iniciativas que têm se mostrado eficazes na prevenção e tratamento desse tipo de violência. Na Alemanha, por exemplo, há um projeto na área da prevenção que oferece a pedófilos um tratamento terapêutico gratuito e confidencial, com abordagens que buscam uma autogestão da libido.

Uma outra questão abordada no relatório foi sobre a violência sexual sofrida por meninos, que tende a ser negligenciada.

PESQUISAS AVALIOU LEIS CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL

62,4 pontos obtidos pelo **Brasil** na avaliação de política de combate ao abuso e exploração sexual, numa escala de 0 a 100

82,7 foi a pontuação do **Reino Unido**, o mais bem colocado na pesquisa

53,4 foi a pontuação obtida pela **Malásia**, na lanterna do estudo

Cláudia Collucci

Monitor da Violência: seis meses depois, apenas um caso de assassinato de mulher foi julgado

Novo levantamento feito pelo G1 mostra que só 1 dos 126 casos de mortes violentas de

mulheres de 21 a 27 de agosto no país foi a julgamento; outros 32 viraram processo. Quase a metade (54) continua com investigações em andamento. G1 fez programa ao vivo para debater a violência contra a mulher.

(G1, 08/03/2018 - Acesse no site do origem)

Seis meses depois, apenas um caso de mulher morta de forma violenta de 21 a 27 de agosto do ano passado no Brasil foi a julgamento. É o que mostra um novo levantamento feito pelo G1 tendo como base as 126 mortes de mulheres registradas durante uma semana no país.

Do total de casos de mulheres mortas, 32 (ou seja, 1/4) viraram processos na Justiça, com os acusados respondendo pelo crime. Quase a metade (54), porém, ainda está com a investigação em andamento.

O G1 publica nesta quarta e nesta quinta-feira um material especial sobre violência contra a mulher dentro do Monitor da Violência, uma parceria do portal com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Neste projeto do Monitor da Violência foram registrados todos os casos de homicídio, latrocínio, feminicídio, morte por intervenção policial e suicídio ocorridos de 21 a 27 de agosto no Brasil. Ao todo, foram contabilizadas 1.195 vítimas (destas, 1.069 são homens).

Mais de 230 jornalistas espalhados pelo país apuraram e escreveram as histórias das vítimas. Agora, acompanham o andamento dos casos de mulheres.

O novo levantamento revela que:

- **apenas 1 dos casos com uma vítima mulher foi a julgamento**
- **1/4 dos casos virou processo na Justiça: 32**
54 casos ainda estão em andamento, sob investigação da polícia, o que representa 43% do total
- **em 47 casos, a autoria ainda é desconhecida após as investigações, os casos de feminicídio pularam de 9 para 21 houve prisões em 34 dos casos**
- **25 casos foram considerados suicídios**

Para Giane Silvestre e Ariadne Natal, pesquisadoras do NEV-USP, nas mortes de autoria desconhecida (quando não há flagrante, testemunhas ou evidências óbvias), o ritmo lento das investigações e a falta de prioridade dificultam a elucidação dos crimes.

CASOS DE MULHERES MORTAS DE FORMA VIOLENTA OCORRIDOS NO PAÍS DE 21 A 27 DE AGOSTO

São 126 mulheres



1 caso apenas foi a julgamento



TAMIRES PAULA DE ALMEIDA

Idade: 14
Raça/cor: branca
Causa da morte: homicídio
Foi morta pelo vizinho adolescente na escadaria do prédio onde morava em Goiânia



32 casos viraram processos



54 casos ainda estão em andamento

[Acesse o especial na íntegra e confira outros dados no site do G1](#)

Estupros aumentam 38% no estado de São Paulo em um ano

Casos de estupro subiram 22,3% na capital e 38% no estado. Homicídios registraram queda de 29,7% na Capital e 5,1% no estado.

[\(G1/Sp, 26/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A cidade e o estado de São Paulo registraram queda no número de homicídios e aumento nos números de estupros, latrocínios e roubos de carga em maio deste ano comparado a maio de 2016, segundo dados da criminalidade divulgados na tarde desta segunda-feira (26) pela Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP).

Foram 225 casos de estupros na capital, número maior que os 184 de maio de 2016 (aumento de 22,3%). Já no estado foram 943 casos, contra 683 em maio do ano passado (aumento de 38%).

O número de vítimas de latrocínio (roubo seguido de morte) subiu 50% na Capital (passando de 10 no ano passado para 15 neste ano) e 16,1% no estado (saltando de 31 para 33).

O roubo de cargas também registrou alta em maio: 31,8% na Capital e 37,2% no estado em relação a maio do ano passado.

O número de casos de homicídios registrou queda 29,7% em maio na capital e 5,1% no estado.

O número de vítimas de homicídio também teve redução na capital paulista com 14 vítimas a menos em maio de 2017 em relação ao mesmo mês de 2016, queda de 21,8%.

SÃO PAULO (CAPITAL)

- Nº de **estupros** na Capital: 225 (mai/2017) contra 184 (mai/2016) - **subiu 22,3%**
- Nº de **casos de homicídios** na Capital: 45 (mai/2017) contra 64 (mai/2016) - **caiu 29,7%**
- Nº de **vítimas de homicídios** na Capital: 50 (mai/2017) contra 64 (mai/2016) - **caiu 21,8%**

- Nº de **casos de latrocínio** na Capital: 15 (mai/2017) contra 11 (mai/2016) - **subiu 36,3%**
- Nº de **vítimas de latrocínio** na Capital 15 (mai/2017) contra 10 (mai/2016) - **subiu 50%**
- Nº de **roubos de carga** na Capital 493 (mai/2017) contra 374 (mai/2016) - **subiu 31,8%**
- Nº de **roubos a banco** na Capital: 5 (mai/2017) contra 5 (mai/2016) - **se manteve igual**

SÃO PAULO (ESTADO)

- Nº de **estupros** no Estado: 943 (mai/2017) contra 683 (mai/2016) - **subiu 38%**
- Nº de **casos de homicídios** no Estado: 258 (mai/2017) contra 272 (mai/2016) - **caiu 5,1%**
- Nº de **vítimas de homicídios** no Estado: 273 (mai/2017) contra 278 (mai/2016) - **caiu 1,8%**
- Nº de **casos de latrocínios** no Estado: 36 (mai/2017) contra 28 (mai/2016) - **subiu 28,5%**
- Nº de **vítimas de latrocínio** no Estado: 36 (mai/2017) contra 31 (mai/2016) - **subiu 16,1%**
- Nº de **roubos de carga** no Estado: 939 (mai/2017) contra 684 (mai/2016) - **subiu 37,2%**
- Nº de **roubos a banco** no Estado: 8 (mai/2017) contra 14 (mai/2016) - **caiu 42,8%**

Estado negligente estimula escalada da violência doméstica, aponta relatório sobre Roraima

Uma pesquisa da Human Rights Watch realizada em Roraima - o [Estado brasileiro com maior taxa de homicídios de mulheres](#) - revelou a ineficácia do poder público em cumprir suas próprias legislações e garantir os direitos das mulheres, em um cenário de negligência e omissão que permite a escalada da violência doméstica e familiar em muitos casos.

(Débora Prado/Agência Patrícia Galvão, 21/06/2017)

Com 26 páginas, o relatório ['Um dia vou te matar': impunidade em casos de violência doméstica no estado de Roraima](#) foi lançado nesta quarta-feira (21/06) na sede da organização internacional de defesa dos direitos humanos Human Rights Watch em São Paulo. A publicação descreve os graves problemas encontrados no estado, que refletem as mesmas falhas observadas em todo o país para que haja de fato acesso à justiça e proteção contra a violência. "Muitas mulheres em Roraima sofrem abusos, violências e agressões durante anos antes de procurar a polícia. E, quando o fazem, a resposta das autoridades é péssima", destaca a diretora da Human Rights Watch no Brasil Maria Laura Canineu.

Segundo a diretora, o Brasil conquistou importantes avanços legislativos desde que a organização fez seu primeiro estudo sobre a violência contra as mulheres no país, em 1991, como a promulgação da [Lei Maria da Penha](#), hoje tida como uma referência para outros países, e a [tipificação do feminicídio no Código Penal](#). "Mas esses direitos ainda não são realidade, há muitas falhas em todo o país", ressalta.

"O que vimos em Roraima não é novo, é o que outros estudos já apontam como um padrão no Brasil. Vimos a violência doméstica e familiar atingir mulheres de todas as classes, idades e cores. Vimos que elas sofrem abusos por muitos anos antes de procurar ajuda e que a escalada da violência é frequente. Os filhos, em muitos casos, também são vítimas, seja por testemunharem a violência contra a mãe ou por também sofrerem diretamente agressões. E a resposta do Estado é decepcionante", descreve César Muñoz Acebes, pesquisador-sênior da organização, que atuou na pesquisa e realizou levantamentos e diversas entrevistas em Roraima.

Confira repercussão:

[Por que Roraima virou o estado que mais mata mulheres no Brasil \(Catraca Livre, 22/06/2017\)](#)
[Quais fatores fazem de Roraima o Estado que mais mata mulheres no Brasil \(Nexo, 22/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado com mais violência doméstica contra a mulher, aponta ONG \(Correio Braziliense, 21/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado com mais violência doméstica contra a mulher, aponta ONG \(Istoé, 21/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado que mais mata mulheres no Brasil, diz estudo da Human Rights Watch \(HuffPost Brasil, 21/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado mais "letal" para mulheres, diz relatório \(CartaCapital, 21/06/2017\)](#)

[ONG faz radiografia da violência no estado líder em feminicídio no Brasil \(O Globo, 21/06/2017\)](#)

[Número de homicídio de mulheres em RR cresce 139% e estado é o mais 'letal' para o sexo feminino, aponta ONG \(G1, 21/06/2017\)](#)

['Um dia vou te matar': um estudo alarmante sobre assassinatos de mulheres \(Rede Brasil Atual, 21/06/2017\)](#)

[Roraima é o estado com mais violência doméstica contra a mulher, aponta ONG \(Agência Brasil, 21/06/2017\)](#)

[Estado com maior taxa de feminicídio, Roraima tem uma única delegacia da mulher \(Ponte Jornalismo, 21/06/2017\)](#)

[Em Roraima, mais da metade das investigações de violência doméstica prescrevem sem alguém ser acusado \(Emais, 21/06/2017\)](#)

Falta capacitação e serviços, sobra machismo

Os problemas identificados no estudo passam por fatores estruturais, como a necessidade urgente de expansão das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) em Roraima, uma vez que atualmente existe no estado apenas uma unidade, localizada na capital Boa Vista, a centenas de quilômetros de algumas comunidades.

Além de ser responsável por atender todas as 255.000 mulheres de Roraima, esta única DEAM só funciona de segunda a sexta e durante o horário comercial. “As delegacias precisam estar abertas nos horários de maior incidência da violência doméstica e familiar, que sabemos ser muito frequente à noite e nos finais de semana”, reforça a diretora da Human Rights Watch no Brasil, Maria Laura Canineu.

Os obstáculos passam também por práticas discriminatórias e violadoras de direitos, que revelam a banalização e desconhecimento sobre a violência de gênero pelos profissionais que atuam nos serviços e a omissão e negligência de suas instituições.

A pesquisa encontrou, por exemplo, casos em que a autoridade policial se recusou a registrar o boletim de ocorrência a partir da denúncia de crimes pelas mulheres nas delegacias não especializadas. Foi o que aconteceu com Priscila, um dos 31 casos documentados pela Human Rights Watch no estudo:

“Durante oito anos, Priscila, 42, sofreu com frequência agressões físicas e violência verbal do parceiro. ‘Lais’, a filha de 13 anos de Priscila, testemunhou a violência. Na noite de sábado de 3 de dezembro de 2016, o parceiro de Priscila a arrastou para fora de casa e, segundo Lais, agrediu-a na cabeça, no rosto e no braço, no meio da rua. Ele parou apenas quando o filho de Priscila se colocou na frente dele para proteger a mãe. Lais chamou a polícia militar, que veio, mas nada fez. Às 3h da manhã de domingo, Priscila e Lais caminharam por uma hora para chegar a uma delegacia de polícia não especializada. Um policial lhes disse que deveriam esperar até segunda-feira para fazer a denúncia da agressão na delegacia da mulher.”

Lacunas no primeiro atendimento e medidas protetivas

O relatório descreve ainda outros sérios obstáculos para o acesso à justiça, como boletins de ocorrência que não são investigados e, quando são, inquéritos que não são concluídos, arrastando-se por anos até a prescrição dos crimes. Além disso, muitas vezes, sequer o depoimento da vítima é tomado quando a mulher busca a delegacia; e quando isso ocorre, ela tem que fazer o relato das violências sofridas na recepção do equipamento, diante de outras pessoas, ou seja, sem nenhuma privacidade.

“O comum é se fazer um resumo de um ou dois parágrafos do que a mulher relatou no BO e o policial diz que irá ligar pra pegar o depoimento depois. Muitas vezes, porém, os policiais não ligam por falta de efetivo ou ligam, mas algum tempo depois, e a mulher, ameaçada, já mudou o telefone. Esse seria um problema muito fácil de resolver, é possível pegar o depoimento da vítima ali na hora e inclusive, muitas vezes, já colher o depoimento de testemunhas também, pois é comum parentes e amigos que sabem da violência acompanharem a mulher nesse momento”, explica o pesquisador da Human Rights Watch.

A falta de informações sobre o caso se traduz também em dificuldades de acesso às medidas protetivas de urgência - mecanismo previsto na Lei Maria da Penha para que se adotem ações para preservar a integridade física e psicológica das vítimas, como afastar o agressor. Essas ações precisam ser adotadas rapidamente em uma situação de emergência e, portanto, as medidas protetivas devem ser aplicadas de modo independente de procedimentos mais demorados, como a instauração de inquéritos ou o desenrolar de um processo penal.

“Faltam informações básicas nos pedidos de medidas protetivas, o que dificulta a sua expedição”, aponta César Muñoz . Além disso, quando concedidas, as medidas muitas vezes não são fiscalizadas, já que somente na capital, Boa Vista, há uma Patrulha Maria da Penha, ou seja, lá existe um efetivo da guarda municipal dedicado a acompanhar as mulheres com a proteção.

“Os obstáculos encontrados pelas mulheres geram uma sensação de impunidade que permite a escalada da violência, o que sabemos pode chegar ao feminicídio”, aponta o pesquisador da organização.

De acordo com o relatório, em todos os casos estudados as mulheres afirmaram ter sofrido violência psicológica. Em 19 dos 31 casos, a violência psicológica escalou para violência física, incluindo cinco casos de violência sexual. A publicação informa ainda que Roraima chegou a registrar uma taxa de 11,4 homicídios por 100 mil mulheres em 2015, enquanto a média do Brasil é de 4,4 assassinatos para cada 100 mil mulheres - o que já representa uma das maiores taxas no mundo.

Recomendações

Diante do cenário de violações, a Human Rights Watch incluiu recomendações aos serviços de Roraima e ao Estado brasileiro no relatório. Confira um trecho da publicação:

“Roraima, e todo o Brasil, precisam fazer muito mais para responder ao grave problema da violência doméstica. Para entender melhor a sua dimensão, a polícia e o sistema de justiça em Roraima e nos outros estados devem começar a coletar e publicar dados abrangentes sobre o número de ocorrências registradas, investigações, casos em que há oferecimento de denúncia, processos judiciais e os resultados desses processos, assim como o número de homicídios de mulheres e quantos são possíveis feminicídios conforme a definição da lei brasileira.

É crucial que as autoridades reduzam os obstáculos que as mulheres e meninas enfrentam para fazer suas denúncias. Para tanto, Roraima deve expandir sua delegacia da mulher, em número de funcionários e no horário de funcionamento. As autoridades do estado devem garantir que todas as delegacias tenham salas que forneçam privacidade e confidencialidade às vítimas.

Os policiais civis devem realizar as oitivas completas das vítimas de forma imediata quando elas forem a qualquer delegacia e devem fazer investigações completas e rápidas de todas as denúncias. Para atender a esses padrões básicos, será necessário treinamento especializado para policiais civis e militares que lidam com casos de violência doméstica, e a criação de protocolos escritos detalhados sobre como atender ligações de emergência e como registrar e processar as ocorrências e pedidos de medidas protetivas das mulheres.

As corregedorias devem disciplinar policiais que não cumprirem os regimentos e protocolos internos, a Lei Maria da Penha e outras legislações ao lidar com casos de violência doméstica. Os defensores públicos e, especialmente, os promotores, devem notificar as corregedorias sobre casos de negligência policial.

Além disso, a Defensoria Pública deve designar pelo menos mais um defensor público para representar as mulheres em casos de violência doméstica no estado de Roraima, sobretudo aquelas que vivem fora de Boa Vista e que atualmente teriam que viajar até a capital para ter acesso a esses serviços. Por fim, o poder judiciário em Roraima deve trabalhar com as autoridades municipais e estaduais para garantir que a guarda municipal ou a polícia militar monitore todas as medidas protetivas.”

[Acesse o relatório na íntegra e confira o vídeo da organização sobre a publicação:](#)

DataSenado: Aumentam as denúncias de mulheres contra a violência doméstica

Pesquisa DataSenado divulgada esta semana pelo Instituto Patrícia Galvão mostra que o número de mulheres que declararam ter sido vítimas de violência doméstica aumentou drasticamente. Os dados que se mantiveram estáveis nos anos anteriores, agora deram um salto. Quase 30% das mulheres entrevistadas relataram já ter sofrido algum tipo de violência dentro de casa.

Assista ao vídeo da reportagem:

Saiba mais: [*DataSenado: mulheres reconhecem mais a violência doméstica, mas faltam serviços e informações sobre direitos \(Agência Patrícia Galvão, 07/06/2017\)*](#)

Acesse no site de origem: [*Aumentam as denúncias de mulheres contra a violência doméstica \(TVT, 10/06/2017\)*](#)

Denúncias de abuso sexual crescem no Metrô de SP; veja os horários mais perigosos

Pela manhã, as mulheres que se deslocam de trem ou de metrô por São Paulo têm mais chances de sofrer uma “encoxada” ou ter partes íntimas tocadas sem consentimento. Isso é o que apontam os dados de ocorrências registradas pela Delpom (Delegacia de Polícia do Metropolitano), obtidos pelo UOL por meio da Lei de Acesso à Informação.

[*\(Folha de S.Paulo, 12/01/2017 - acesse no site de origem\)*](#)

Leia também:

[*Estação Tatuapé lidera casos de violência doméstica contra a mulher no Metrô de SP e na CPTM*](#)

[*Gritei que ele era louco e denunciei para evitar crimes, diz abusada no metrô*](#)

Entre janeiro e outubro do ano passado, o Metrô e a CPTM registraram 168 casos de abuso sexual em suas dependências. Desses, 31 ocorreram entre 8h e 8h59. O segundo horário com mais registros é entre 7h e 7h59, com 24 episódios desse tipo. Há picos de ocorrências também das 18h às 18h59 (20 casos) e das 19h às 19h59 (15 registros).

Os números levam em conta três tipos de casos: estupro e violação sexual mediante fraude (que são crimes previstos no Código Penal e passíveis de prisão) e importunação ofensiva ao pudor (que não é considerado crime, e sim contravenção em que a pena prevista é uma multa).

Houve um aumento expressivo de registros de abuso nos últimos cinco anos: em 2012, foram oito ocorrências; em 2013, subiu para 17; em 2014, foram 70. Somadas as três categorias, foram 168 registros de abusos em todo o ano de 2015.

“Eu não acho que aumentou a prática do abuso sexual. Eu acho que cresceu a participação das mulheres e a conscientização por seus direitos. Isso é um movimento de mudança”, diz a defensora pública Ana Rita Souza Prata, coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher.

Para ela, no entanto, o número de casos deve ser bem maior do que o registrado. “A gente tem uma subnotificação de violência sexual em todos os espaços, não só no metrô, por conta da vergonha, do sentimento de culpa que muitas sentem. Há também uma descrença nos sistemas de Justiça e policial. No caso do metrô, é preciso levar em conta que a mulher está em trânsito, ela tem compromissos e sabe que esse registro demora, então acaba priorizando outras coisas”, afirma.

Para a advogada Marina Ruzzi, o sentimento de vergonha faz com que muitas mulheres queiram simplesmente esquecer o que aconteceu e não registrem a ocorrência. “Há também a barreira institucional, de forma que, quando as mulheres denunciam, muitas vezes não têm sua palavra levada a sério, ou seu caso é tratado como se fosse de menor importância”, diz ela.

Por Marcelle Souza e Caio do Valle

Estação Tatuapé lidera casos de violência doméstica contra a mulher no Metrô de SP e na CPTM

Estações cheias, câmeras e seguranças não são suficientes para impedir que mais de duas mulheres sejam agredidas por mês na rede do Metrô e da CPTM (Companhia de Transportes Metropolitanos) em São Paulo. Segundo registros da Delpom (Delegacia de Polícia do Metropolitano), obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, desde 2012 são cerca de 30 ocorrências de violência doméstica por ano na rede.

(Folha de S.Paulo, 12/01/2017 - [acesse no site de origem](#))

Leia também: [Denúncias de abuso sexual crescem no Metrô de SP; veja os horários mais perigosos](#)

A Lei Maria da Penha define violência doméstica contra a mulher como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico

e dano moral ou patrimonial”. Normalmente, são casos em que namorados (ou ex) e maridos (ou ex) agredem suas companheiras. A lei, no entanto, abrange outras relações, como pais e filhas, filhos e mães, por exemplo. Ela também já foi adotada em agressões ocorridas em relações homossexuais.

Entre janeiro de 2012 e outubro de 2016, foram 147 boletins de violência doméstica. A estação com maior número de ocorrências foi a do Tatuapé, do Metrô e da CPTM, com 16 casos. Outras três estações da linha 3-vermelha -Sé, Barra Funda e Itaquera- registraram mais de dez casos de violência dessa natureza no período.

Segundo a advogada Marina Ruzzi, esses números são difíceis de interpretar, porque há uma subnotificação dos casos de violência doméstica, que vão muito além da agressão física. “A violência de gênero é algo ainda naturalizado em nossa sociedade. Os homens se sentem à vontade para praticar esse tipo de violência em público, pois realmente acreditam que não estão fazendo nada de errado e que sairão impunes desses seus atos”, diz.

As ocorrências estão distribuídas em vários pontos na rede do Metrô e da CPTM em São Paulo e há casos tanto em estações centrais como em periféricas, por exemplo Trianon-Masp, Vergueiro, Pirituba, Portuguesa-Tietê, Vila Mariana, Santana, Engenheiro Goulart e Santo Amaro.

“A violência doméstica é praticada a partir de uma desigualdade na relação. Normalmente a pessoa que pratica a violência entende que tem poder sobre a outra. Por isso, não me espanta que ache que pode praticá-la em qualquer lugar”, afirma a defensora pública Ana Rita Souza Prata, coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher.

Uma pesquisa realizada pelo Data Popular e pelo Instituto Patrícia Galvão em 2013 mostrou que sete em cada dez brasileiros consideram que as mulheres sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos. Ainda de acordo com o estudo, metade dos entrevistados acredita que as mulheres se sentem de fato mais inseguras dentro da própria casa e 54% conhecem alguma mulher que já sofreu agressão do parceiro.

Denúncias

Segundo dados da SSP (Secretaria da Segurança Pública) de São Paulo, em outubro deste ano foram 880 boletins de ocorrência de lesão corporal dolosa e 803 de ameaça contra mulheres nas delegacias da capital. Os números oficiais, porém, são subnotificados por medo e vergonha das vítimas.

“Não temos ainda uma cultura de denúncia no Brasil. As mulheres ainda são submetidas a uma mordada moral que as silencia na hora de procurar ajuda e reparação. As pessoas que eventualmente testemunham esses fatos muitas vezes temem se meter no que seria uma ‘briga de marido e mulher’. Romper esse tipo de comportamento é um passo muito importante para que consigamos proteger as mulheres e alcançar uma sociedade mais igualitária e justa”, afirma Ruzzi.

Em 2015, o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher, que atende essas denúncias, recebeu 76.651 relatos de violências, sendo que 50,15% delas eram físicas, 30,33% psicológicas e 7,25% morais. Em 72% dos casos, os agressores tinham algum vínculo afetivo com a vítima, ou seja, eram atuais ou ex-maridos, namorados ou amantes.

A defensora diz que quem presenciar um ato de violência contra a mulher, no Metrô ou não, deve chamar a polícia, seguranças ou guardas civis. “Não é um problema só daquela pessoa”, diz.

Apesar de ser difícil romper o ciclo de violência, ela afirma que as mulheres que sofrem violência doméstica também devem procurar centros de referência, grupos de apoio, o Ministério Público ou a Defensoria. “É importante buscar um equipamento especializado para se sentir fortalecida, porque o processo é longo e a Justiça não dá uma resposta tão rápida quanto muitas esperam.”

A Secretaria de Transportes Metropolitanos diz que as vítimas podem contar com uma rede de apoio formada pelos agentes de segurança e funcionários das estações. “Os passageiros também podem colaborar por meio do serviço SMS-Denúncia do Metrô (97333-2252) e da CPTM (97150-4949), que garantem total anonimato ao denunciante. A mensagem é recebida no Centro de Controle de Segurança, que destaca os agentes mais próximos para verificação imediata e providências.”

Um em cada quatro policiais de DEAM acredita que a violência pode ser justificada

Embora 57% tenham declarado que a violência contra as mulheres “não pode ser justificada”, 28% consideraram que “pode ser justificada tanto pelo comportamento do homem quanto pelo comportamento da mulher”

Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal divulga resultados de pesquisa DataSenado com Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)

28% dos policiais entrevistados acreditam que a violência pode ser justificada tanto pelo comportamento do homem quanto da mulher



Embora 57% das pessoas entrevistadas tenham declarado que a violência contra as mulheres “não pode ser justificada”, 28% consideraram que a violência “pode ser justificada tanto pelo comportamento do homem quanto pelo comportamento da mulher”, e 13% afirmaram que “pode ser justificada somente pelo comportamento do homem”. Vale registrar também que a opção que culpabiliza parcialmente as mulheres chegou a 39% entre os policiais com mais de 20 anos de experiência no atendimento às mulheres em situação de violência.

Sobre a pesquisa

Em trabalho inédito, o Instituto DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) e o Alô Senado, realizou pesquisa em Delegacias Especializadas de

Atendimento à Mulher (DEAMs) de todo o Brasil.

Foram entrevistados 625 profissionais de 357 DEAMs brasileiras, resultando em um panorama das equipes, treinamento e dificuldades no cotidiano de trabalho nessas delegacias especializadas, que são uma das principais portas de socorro às mulheres em situação de violência. Quase metade das DEAMs pesquisadas (48%) atende exclusivamente mulheres, enquanto 42% dividem atendimento com outros grupos, como crianças, adolescentes e pessoas idosas. Também 48% dessas delegacias têm mais de 10 anos de funcionamento e 79% contam com uma delegada ou um delegado exclusivo.

[Para saber mais e acessar a íntegra da pesquisa, clique aqui](#)